



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 6162/989/16
Poder LEGISLATIVO
Município Registro
Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO
Período 12/2017
Relator Dr. Antonio Roque Citadini
Unidade Fiscalizadora 02ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
Responsável LUIS MARCELO COMERON
Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF 039.014.368-55
Período de Gestão 01/01/2017 a 31/12/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano
Conciliações Bancárias Mensais	12	2017
Atualização do Cadastro Geral de Entidades Mensal	12	2017

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO	R\$ 1.521,72	R\$ 12.439,31

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO	R\$ 47.647,54	R\$ 13.961,03	R\$ 0.00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO	R\$ 10.782,08	R\$ 36.865,46	R\$ 6.980,52

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2016	R\$ 3.345.447,15	R\$ 144.218.287,87	2,3197%	6,0000%
4/2017	R\$ 3.479.044,55	R\$ 143.128.289,27	2,4307%	6,0000%
8/2017	R\$ 3.663.570,41	R\$ 146.032.853,65	2,5087%	6,0000%
12/2017	R\$ 3.673.793,95	R\$ 147.430.550,69	2,4919%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 3.608.890,29	R\$ 145.547.333,10	2,4795%	2,4795%
7/2017	R\$ 3.643.194,88	R\$ 145.560.429,81	2,5029%	2,4795%
8/2017	R\$ 3.663.570,41	R\$ 146.032.853,65	2,5087%	2,4795%
9/2017	R\$ 3.693.320,48	R\$ 147.460.488,27	2,5046%	2,4795%
10/2017	R\$ 3.720.164,37	R\$ 148.721.687,01	2,5014%	2,4795%
11/2017	R\$ 3.752.684,17	R\$ 148.558.229,70	2,5261%	2,4795%
12/2017	R\$ 3.673.793,95	R\$ 147.430.550,69	2,4919%	2,4795%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,4919%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2017, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 502.286,09
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 1.171,06
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 501.115,03
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 47.647,54
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 10.782,08
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 36.865,46
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-92,6433%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 1.521,72	R\$ 10.782,08	R\$ 1.521,72	R\$ 10.782,08
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 12.439,31	R\$ 36.865,46	R\$ 12.439,31	R\$ 36.865,46
Consignações	R\$ 82,44	R\$ 981.008,84	R\$ 981.091,28	R\$ 0,00
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 4.614.378,35	R\$ 4.601.939,04	R\$ 12.439,31
Total	R\$ 14.043,47	R\$ 5.643.034,73	R\$ 5.596.991,35	R\$ 60.086,85

2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 55,92%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 5.650.000,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 0,00
Despesas com folha de pagamento	R\$ 3.159.619,04
Despesa com folha/Transferências realizadas	55,92%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 96.526.964,64
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 898.429,17
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite	0,93%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,93%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	56280
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 96.526.964,64
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 6.756.887,52
Total de Despesas do exercício	R\$ 4.612.613,21
Percentual Apurado	4,78%

(*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 4,78%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 07/04/2018

Hora da Geração: 02:37:58